

Pós-colonialismo e as relações de gênero e interseccionalidade no conto “Réplica” (2017), de Chimamanda Adichie

Postcolonialism, gender relations and intersectionality in the short story “Imitation” (2017), by Chimamanda Adichie

Geovani Augusto Nunes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
geo_vaninunes@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9383-1385>

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise do conto “Réplica”, da coletânea *No seu pescoço* (2017), de Chimamanda Ngozi Adichie, à luz dos estudos pós-coloniais, já amplamente consolidados nas ciências humanas, em diálogo com a crítica feminista e a teoria da interseccionalidade. Busca-se compreender como a experiência da protagonista, marcada por deslocamentos geográficos e subjetivos, é atravessada por estruturas de dominação que envolvem gênero, raça, classe e cultura, mas também por estratégias de resistência e resignificação. A investigação considera a materialidade simbólica da narrativa, incluindo elementos como a metáfora da réplica e o uso das máscaras, cujos significados oscilam entre apagamento e ancestralidade. O referencial teórico fundamenta-se nos aportes de Said (2003), Spivak (1985), Hall (1997), Ashcroft (2001), Bonnici (2009), Davis (2016, 2017), Akotirene (2018) e Collins e Bilge (2021), buscando evidenciar como a literatura de Adichie tensiona discursos hegemônicos e oferece caminhos narrativos para a construção de subjetividades negras e femininas.

Palavras-chave: pós-colonialismo; literatura africana; mulher negra; interseccionalidade; resistência simbólica.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the short story “Replica”, from the collection *The Thing Around Your Neck* (2017), by Chimamanda Ngozi Adichie, through the lens of postcolonial studies, a well-established field within the humanities, in dialogue with feminist criticism and intersectionality theory. It aims to understand how the protagonist’s experience, shaped by geographic and subjective displacements, is traversed by structures

of domination involving gender, race, class, and culture, while also engaging in strategies of resistance and re-signification. The analysis considers the symbolic materiality of the narrative, including elements such as the metaphor of the replica and the presence of masks, whose meanings fluctuate between erasure and ancestry. The theoretical framework is based on the contributions of Said (1978), Spivak (1985), Hall (1997), Ashcroft (2001), Bonnici (2009), Davis (2016, 2017), Akotirene (2018), and Collins and Bilge (2021), seeking to show how Adichie's literature challenges hegemonic discourses and opens narrative paths for the construction of Black and female subjectivities.

Keywords: postcolonialism; African literature; black woman; intersectionality; symbolic resistance.

INTRODUÇÃO

Os estudos pós-coloniais, consolidados nas últimas décadas como campo interdisciplinar relevante, têm sido amplamente discutidos em áreas como a história, sociologia, antropologia, literatura e, mais recentemente, em articulação com a teoria da interseccionalidade. Essas abordagens investigam criticamente o papel do colonialismo na constituição de identidades, evidenciando como o processo de dominação se deu por meio da imposição e valorização de línguas, religiões, tradições e estéticas europeias, em detrimento das expressões culturais locais, frequentemente deslegitimadas por não se alinharem ao padrão eurocêntrico. Assim, os estudos pós-coloniais não apenas revisitam o passado colonial, mas também revelam os desdobramentos contínuos da colonialidade nas estruturas sociais e culturais contemporâneas.

Segundo Bonnici (2005), embora a crítica pós-colonial tenha se intensificado com a publicação de *Orientalismo* (1978), de Edward Said, obra que problematiza a construção do Oriente pelo olhar ocidental como símbolo de inferioridade, suas raízes teóricas remontam a diversas experiências históricas de resistência e elaboração cultural por parte dos povos colonizados. A partir das provocações de Said, multiplicaram-se os estudos que desconstróem as narrativas produzidas pelas metrópoles sobre suas ex-colônias, favorecendo o surgimento de uma literatura de resistência, pautada na reinterpretação crítica dos cânones ocidentais e na valorização das vozes historicamente marginalizadas. Essa produção literária desafia a lógica colonial e afirma que os sujeitos pós-coloniais não apenas resistem à dominação, mas também produzem saberes, estéticas e culturas de notável riqueza e complexidade.

Entre as oposições binárias estabelecidas pelo discurso colonial para justificar hierarquias e desigualdades, como colonizador/colonizado, centro/periferia, metrópole/colônia, destaca-se também a cisão patriarcalismo/feminismo. Como observa Bonnici (2006), no interior dessas estruturas, a mulher africana emerge como figura duplamente colonizada: marginalizada tanto por sua condição de gênero quanto por sua racialização. Essa dupla opressão revela que as dinâmicas do colonialismo operam de modo interseccional, afetando de maneira particular as mulheres negras, sobretudo em contextos marcados por forte herança patriarcal e racista.

Essa abordagem encontra respaldo na teoria da interseccionalidade, desenvolvida inicialmente por Kimberlé Crenshaw e posteriormente aprofundada por autoras como Carla Akotirene (2018), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Tal perspectiva propõe que marcadores sociais como gênero, raça e classe não operam de modo isolado, mas se entrecruzam, produzindo formas específicas e agravadas de opressão, sobretudo sobre mulheres negras. Nesse sentido, Akotirene propõe o conceito de “avenidas identitárias”, enquanto Collins e Bilge delineiam quatro domínios, estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal, como esferas que sustentam as desigualdades e moldam as experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

Entre as escritoras que exploram essas camadas interseccionais com força literária, destaca-se a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Reconhecida internacionalmente por obras como *Hibisco roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006) e *Americanah* (2013), Adichie alcançou ampla recepção crítica e editorial, incluindo o público brasileiro. Sua ficção opera como instrumento de reflexão sobre as tensões entre identidade, poder e cultura, com atenção especial à condição da mulher negra em contextos marcados por sistemas patriarcais e estruturas raciais excludentes. Como observa Bonnici (2005), esses sujeitos subalternizados são privados de acesso ao poder e frequentemente enquadrados nas margens da sociedade.

Na coletânea *No seu pescoço* (2017), Adichie entrelaça elementos da cultura nigeriana e da vivência na diáspora para tensionar a subalternidade imposta às mulheres negras e, ao mesmo tempo, representar seus desejos de autonomia e agência. A autora não apenas denuncia formas de opressão, mas constrói personagens que negociam seus lugares no mundo, desestabilizando expectativas normativas. Sua escrita, profundamente conectada à realidade sociocultural da etnia Igbo, uma das mais numerosas da Nigéria,

valoriza os costumes e saberes tradicionais como traços identitários fundamentais, ao mesmo tempo em que revela como esses elementos são continuamente renegociados diante de contextos transnacionais e pós-coloniais.

Segundo biografia publicada por Adichie (2005), Chimamanda Ngozi Adichie nasceu em 1977, na cidade de Enugu, em uma família de classe média nigeriana. Filha de professores universitários, destaca-se o pioneirismo de sua mãe, que se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de arquivista na Universidade da Nigéria. Inicialmente, Adichie ingressou no curso de medicina, em seu país natal, motivada pelas expectativas familiares. No entanto, sua trajetória tomou outro rumo quando decidiu se mudar para os Estados Unidos a fim de se dedicar à escrita.

A experiência de migração revelou-lhe novas camadas identitárias, especialmente no que diz respeito à questão racial. Em entrevistas e ensaios, Adichie relata que só se compreendeu como “negra” ao deixar a Nigéria, evidenciando que as construções raciais são profundamente contextuais: “Ir embora da Nigéria me tornou muito mais consciente do que é ser nigeriana e o que isso significava. Também me fez ciente da raça como um conceito, porque eu não me considerava negra até que saí da Nigéria” (Adichie, 2005, online, tradução nossa).

O choque cultural e o desconhecimento da cultura nigeriana por parte da sociedade norte-americana impulsionaram o desejo da autora de escrever sobre as múltiplas realidades de seu país de origem, desconstruindo estereótipos e promovendo um olhar mais complexo sobre a África. Em sua produção literária, Adichie articula narrativas que exploram os efeitos do colonialismo, da diáspora e das estruturas patriarcais sobre as mulheres negras, ao mesmo tempo em que propõe outras possibilidades de existência, agência e pertencimento.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo investigar como a ideologia colonial e patriarcal se manifesta no conto “Réplica”, presente na coletânea *No seu pescoço* (2017), de Chimamanda Ngozi Adichie, a partir da trajetória de sua protagonista. Busca-se compreender de que modo essa personagem responde às dinâmicas de opressão que atravessam sua vivência, bem como os mecanismos narrativos utilizados para representar sua resistência e reconfiguração subjetiva. A análise propõe, assim, discutir a marginalização e o silenciamento historicamente impostos às mulheres negras em contextos marcados pela colonialidade, refletindo também sobre o papel da literatura

como espaço simbólico de enfrentamento e reinterpretação de discursos hegemônicos que perpetuam desigualdades.

ANÁLISE DA OBRA

Os estudos pós-coloniais, consolidados como campo crítico interdisciplinar, continuam a oferecer ferramentas valiosas para compreender os efeitos persistentes da colonização sobre as identidades culturais, as formas de representação e os sistemas de poder. Sua relevância se intensifica quando associados a outras abordagens, como a teoria da interseccionalidade, permitindo uma análise mais abrangente das múltiplas opressões que incidem sobre sujeitos racializados, generificados e marginalizados em diversos contextos geográficos e históricos. Ao iluminar os mecanismos por meio dos quais o colonialismo moldou discursos e subjetividades, essas abordagens tornam possível não apenas a denúncia das hierarquias produzidas, mas também a valorização das estratégias de resistência e ressignificação que emergem desses processos.

Mais do que apenas denunciar os impactos da dominação colonial, como a imposição da língua, da religião e dos costumes europeus, o pensamento pós-colonial contemporâneo se volta para as fissuras e ambivalências dessas narrativas, recuperando saberes locais e identidades fragmentadas. Tal abordagem não se restringe ao passado colonial, mas se projeta para os seus desdobramentos no presente, apontando como a colonialidade se reconfigura nas dinâmicas econômicas, culturais e simbólicas da globalização. Nesse sentido, a literatura tem ocupado um papel central ao expressar, por meio da linguagem estética, a complexidade dessas experiências de pertencimento e exclusão, muitas vezes impossíveis de serem traduzidas por modelos analíticos unidimensionais.

A crítica interseccional, por sua vez, oferece um refinamento dessas análises ao considerar que gênero, raça, classe e outras categorias sociais não se acumulam de forma linear, mas interagem mutuamente, gerando formas específicas e mais intensas de subalternização. Autoras como Carla Akotirene (2018) e Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) ampliam essa compreensão ao propor estruturas analíticas que permitem identificar como tais relações se manifestam em esferas simbólicas, institucionais e interpessoais, criando cenários de opressão complexos, nos quais as mulheres negras

frequentemente se encontram em posição de vulnerabilidade acentuada. Essas contribuições são fundamentais para evitar leituras homogêneas da experiência feminina ou da experiência negra, respeitando a singularidade dos atravessamentos históricos e geográficos.

Esse quadro analítico revela sua potência na leitura do conto “Réplica”, de Chimamanda Ngozi Adichie, que integra a coletânea *No seu pescoço* (2017). Composta por doze narrativas curtas, a obra traça um panorama das tensões vividas por personagens que circulam entre a Nigéria e os Estados Unidos, entre tradições e modernidades, entre expectativas comunitárias e desejos individuais. A autora constrói um mosaico de vozes femininas, migrantes, esposas, filhas, marcadas por deslocamentos físicos e simbólicos que desestabilizam certezas sobre identidade, pertencimento e agência. Em “Réplica”, esse movimento é tensionado por meio de uma protagonista que vive entre dois mundos e que, por meio da memória, do corpo e do silêncio, busca elaborar sua condição de estrangeira não apenas no espaço social, mas também no espaço íntimo do casamento.

Ao apresentar personagens em trânsito, Adichie põe em evidência não apenas o fenômeno da migração como experiência geográfica, mas como campo de reconfiguração identitária. As mulheres retratadas na coletânea, e em especial Nkem, a protagonista de “Réplica”, enfrentam desafios que não se reduzem ao racismo ou ao sexismo isoladamente, mas à sua combinação interseccional, que opera de maneira incisiva em espaços marcados pela colonialidade do poder. Como observa Akotirene (2018), essas forças estruturais não são independentes, mas coexistem em redes de opressão que moldam tanto o cotidiano quanto as subjetividades. A literatura, nesse contexto, torna-se meio privilegiado para expressar essas tensões, abrindo espaço para que as personagens rompam com os papéis que lhes foram atribuídos e ensaiem outras formas de existir.

As narrativas de *No seu pescoço* mobilizam de forma sensível as experiências de deslocamento, desajuste e ambivalência vividas por sujeitos em trânsito entre países, culturas e estruturas de poder. Em “Réplica”, tais experiências são dramatizadas na figura de Nkem, mulher nigeriana que se vê isolada nos Estados Unidos, confrontando um ambiente social que, embora supostamente promova acolhimento, impõe regras simbólicas de integração fundadas em padrões raciais, de gênero e de classe. O sentimento de não pertencimento, nesse contexto, emerge não apenas das atitudes e comportamentos

que destoam das normas locais, mas de uma tensão interna entre memória, identidade e representação, elementos que a protagonista tenta constantemente conciliar.

Sob a ótica da interseccionalidade, esse processo de deslocamento e tentativa de adaptação pode ser compreendido como expressão da sobreposição de marcadores sociais, conforme proposto por Akotirene (2018), cuja noção de “avenidas identitárias” permite identificar como gênero, raça e classe se entrecruzam na constituição de opressões específicas. No caso das personagens de Adichie, essas opressões não são apenas estruturais ou externas, mas atravessam suas subjetividades, moldando modos de existir, falar, calar e se relacionar com o outro.

Nesse cenário, o pertencimento não se apresenta como uma condição estável ou acessível, mas como um esforço contínuo por reconhecimento em sociedades que historicamente relegam mulheres negras à margem. Essa busca por pertencimento extrapola a esfera íntima e se inscreve em processos coletivos de identidade cultural e nacional. Conforme afirma Edward Said (2003):

Nacionalismo é a declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural. Ele afirma uma pátria criada por uma comunidade de língua, cultura e costumes (...) Esse ethos coletivo compõe o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chama de habitus, o amálgama coerente de práticas que ligam o hábito à habitação. E logo adiante da fronteira entre 'nós' e os 'outros' está o perigoso território do não-pertencer, para o qual, em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas. (Said, 2003, p. 48).

A literatura de Adichie encarna esse “perigoso território do não-pertencer” por meio de personagens que transitam em zonas fronteiriças, entre o lar e o exílio, o casamento e a autonomia, o passado e a reinvenção. Em vez de estabilizar suas personagens em um único espaço identitário, a autora as apresenta em constante negociação com os discursos que tentam defini-las. No caso de Nkem, a condição de estrangeira nos Estados Unidos não é apenas literal, mas simbólica: ela está apartada de sua cultura de origem, das decisões sobre sua vida conjugal e, por vezes, até de sua própria voz. Essa condição a aproxima dos sujeitos deslocados mencionados por Said, cuja marginalização revela as estruturas históricas que definem quem pertence, e quem não pertence, a determinado espaço social ou afetivo.

A sensação de não pertencimento, já latente no deslocamento geográfico, adquire maior densidade quando examinada à luz da intersecção entre raça, gênero e classe, que atua como força estruturante das desigualdades vividas pelas personagens femininas de Adichie. Segundo Collins e Bilge (2021), essas interseções não apenas configuram barreiras contextuais, mas moldam as formas pelas quais sujeitos subalternizados experienciam o mundo e são nele percebidos. Em “Réplica”, a adaptação da protagonista ao novo espaço, os Estados Unidos, não se resume à assimilação de uma nova cultura, mas envolve o enfrentamento cotidiano de dispositivos simbólicos e institucionais que reiteram sua condição de estrangeira, mulher e negra em um contexto racializado e patriarcal.

Entretanto, o conto não limita sua crítica às fronteiras do Ocidente. As personagens que permanecem na Nigéria, como a empregada Amaechi, também são atravessadas por contradições históricas e culturais que revelam a continuidade das estruturas coloniais. A Nigéria retratada por Adichie é um espaço híbrido, tensionado entre tradições locais e a presença persistente de valores, bens e aspirações oriundos da cultura estadunidense. A influência do ex-colonizador, direta ou mediada, continua a operar sobre os imaginários e modos de vida, sustentando relações de dependência e subordinação. Essa constatação reforça o argumento de Bonnici (2009), para quem os colonizadores historicamente encararam as colônias como territórios de exploração contínua, sustentando um sistema hierárquico que impossibilitava uma relação equitativa, tanto no plano material quanto simbólico.

Nessa lógica, o colonizador constrói-se como centro de poder, conhecimento e legitimidade, enquanto o colonizado é relegado à periferia, um outro necessário para a afirmação do mesmo. Essa oposição, como assinala Spivak (1985), é mantida por meio da produção discursiva que transforma o sujeito colonizado em objeto: alguém sobre quem se fala, mas a quem raramente se concede a fala. Trata-se do processo que a autora denomina “outremização”, mecanismo fundamental da dominação colonial, pois impõe uma identidade subalterna e dependente ao outro, tornando-o incapaz, aos olhos do dominante, de produzir sentido, agência ou história própria.

Adichie reconfigura criticamente essa dinâmica ao dar centralidade à experiência de uma personagem que, embora silenciada em muitos aspectos, pelo marido, pela cultura dominante, pelas expectativas sociais, constrói gradualmente seu próprio olhar sobre o

mundo que habita. A partir da intimidade, dos objetos da casa, das memórias evocadas e do corpo que se transforma, Nkem passa de figura replicada àquela que se refaz em resistência. A marginalização que a cerca não é romantizada, mas tampouco é absoluta: ela carrega fissuras por onde emergem gestos de ruptura e desejo de reinvenção.

A teoria da interseccionalidade permite complexificar ainda mais a análise da obra de Adichie ao demonstrar que a identidade dos sujeitos colonizados não se configura de forma homogênea ou estática, mas é atravessada por múltiplas camadas de opressão e resistência. No universo narrativo de Adichie, essas intersecções não são apresentadas de forma teórica ou explícita, mas encarnadas na vida cotidiana de suas personagens, nos dilemas íntimos e nas relações interpessoais que revelam as tensões entre tradição, pertencimento e deslocamento.

O conto “Réplica”, segunda narrativa da coletânea *No seu pescoço*, acompanha a trajetória de Nkem, mulher nigeriana que vive com os filhos na Filadélfia, nos Estados Unidos, enquanto seu marido, o empresário Obiora, permanece em Lagos. A partir da descoberta da infidelidade do esposo, logo no início da narrativa, a personagem inicia um processo de revisão silenciosa de sua vida conjugal, questionando o papel que desempenha em um arranjo marcado por ausência, desigualdade e simulações afetivas. Narrado em terceira pessoa, mas centrado no ponto de vista de Nkem, o conto constrói uma atmosfera de contenção emocional que dialoga com os temas do silêncio, da duplicidade e da alienação subjetiva, ampliando a complexidade psicológica da protagonista e de seu entorno.

O título do conto funciona como chave interpretativa central. A palavra “réplica” carrega o sentido de cópia, imitação ou substituição de um original, evocando imediatamente a ideia de falsidade ou secundariedade. No interior da casa onde Nkem vive, diversas réplicas de arte africana, entre elas, a máscara de Benin, compõem o cenário, operando como símbolos da tentativa de manter viva uma herança cultural à distância, ainda que esvaziada de sua função ritual ou ancestral. A presença da máscara, portanto, adquire significados múltiplos. Se, por um lado, ela remete à necessidade de adaptação social das personagens migrantes, que, como Nkem, precisam “performar” comportamentos e identidades para sobreviver em ambientes hostis, por outro, carrega também a memória de uma cultura de resistência e espiritualidade, capaz de proteger e reivindicar pertencimento.

Essa ambiguidade simbólica é precisamente o que confere força à metáfora da máscara. Ela não é apenas emblema de disfarce ou apagamento, mas também de permanência e agência ancestral. Nesse sentido, a leitura exclusivamente negativa desse artefato, como indicativo da alienação ou submissão da personagem, seria reducionista. Ao refletir sobre a máscara de Benin, Nkem imagina o passado de seus criadores e os desejos de voz e autonomia que talvez tivessem, projetando assim sua própria inquietação diante da vida que leva. A máscara torna-se, portanto, espelho de suas inquietações e desejo de reconstrução subjetiva.

Essa dimensão performática da identidade, associada à sobrevivência em contextos marcados por relações de poder interseccionais, é teorizada por Collins e Bilge (2021, p. 31), que afirmam: “as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”. A máscara, nesse sentido, torna-se não apenas disfarce, mas estratégia: uma forma de deslocar e negociar os limites impostos por estruturas que tentam fixar as identidades femininas negras em posições de subalternidade.

Ao longo do conto, é recorrente a presença de réplicas de obras de arte africanas espalhadas pela casa de Nkem, elementos que desempenham papel simbólico fundamental na construção da narrativa e na interioridade da personagem. Essas peças não são apenas ornamentos decorativos: funcionam como catalisadores de memória, metáforas da experiência diaspórica e dispositivos de reflexão subjetiva. Em um dos trechos mais significativos do conto, Nkem projeta, por meio da imaginação, uma narrativa sobre a origem da Máscara de Benin, que transcende a explicação histórica oferecida por seu marido:

Nkem imagina o povo do Benin esculpindo as máscaras originais há quatrocentos anos. Obiora contou a ela que eles usavam as máscaras em cerimônias oficiais, dispondo uma de cada lado do rei para protegê-lo, para espantar o mal. Apenas pessoas especialmente escolhidas podiam ser guardiãs da máscara, as mesmas pessoas responsáveis por trazer as cabeças humanas recém-cortadas usadas nos enterros dos reis. Nkem imagina os rapazes orgulhosos, musculosos, sua pele marrom brilhando com o óleo de semente de palma, suas elegantes tangas amarradas na cintura. Ela imagina — e isso ela imagina por conta própria, pois Obiora não sugeriu que aconteceu desse jeito — os rapazes orgulhosos desejando não ter que decapitar estranhos para enterrar seu rei, desejando poder usar as máscaras para proteger a si mesmos, desejando que eles também tivessem voz. (Adichie, 2017, p. 15).

Nesse trecho, a máscara deixa de ser apenas um símbolo de um passado distante ou de uma cultura “exótica” reinterpretada pelo olhar ocidental, para se tornar um ponto de inflexão afetiva e política na experiência da protagonista. O gesto de imaginar, sublinhado pelo narrador, indica um rompimento com a narrativa oficial masculina (representada por Obiora) e a tentativa de recuperar uma história por outra via: sensível, especulativa e, sobretudo, subjetiva. Nkem não apenas reconta um episódio ancestral; ela reinscreve-se nele. Ao imaginar os esculpidores desejando “voz”, ela projeta sua própria vontade de emancipação, seu anseio por agência e por presença nos espaços de decisão que lhe são negados, tanto no casamento quanto na vida pública.

Essa elaboração conecta-se diretamente ao que Akotirene (2018) denomina como “avenidas identitárias”, trajetos cruzados entre raça, gênero e classe que, em contextos opressivos, demandam constante negociação e resistência. A máscara, então, aparece não apenas como um objeto decorativo ou símbolo de silenciamento, mas como um artefato ambivalente: ao mesmo tempo proteção ritual e vestígio de violência, memória coletiva e espelho de subjetividades em transformação. É por meio dessa reflexão que Nkem se vê, ao mesmo tempo, parte de uma herança ancestral e vítima de um sistema que ainda lhe nega a palavra.

Além disso, a própria ideia de réplica, articulada no título do conto e materializada nas peças espalhadas pela casa, é apropriada pela personagem como metáfora da falsidade que permeia sua vida conjugal. A infidelidade de Obiora torna-se apenas uma das expressões de uma relação marcada por dissimulações e ausências. Nkem passa a perceber que não apenas as máscaras são cópias esvaziadas de seu significado original, mas também sua posição como esposa, confinada a um papel imposto, sem possibilidade real de participação ou autonomia. Ao traçar esse paralelo entre os objetos e sua vivência, a personagem revela uma consciência crítica em amadurecimento, que ressignifica o espaço doméstico não mais como refúgio, mas como palco de apagamentos e, potencialmente, de rupturas.

Nkem, após vivenciar uma juventude marcada por privações e dificuldades materiais na Nigéria, casa-se com Obiora, um empresário bem-sucedido que lhe proporciona uma vida de conforto e estabilidade nos Estados Unidos. Ainda que a protagonista reconheça os privilégios de sua nova posição, como sugere o tom irônico ao referir-se ao “cobiçado clube, o dos Homens Nigerianos Ricos que Mandam as Esposas

Terem Seus Bebês nos Estados Unidos” (Adichie, 2017, p. 17), a aparente ascensão social não compensa o vazio afetivo provocado pela ausência constante do marido. Obiora, que permanece na Nigéria a maior parte do ano, mantém com a esposa e os filhos uma relação marcada pela distância física e, sobretudo, emocional.

Essa ausência frequente não é apenas um dado da rotina do casal, mas uma alegoria das hierarquias que estruturam a relação conjugal. A dinâmica entre os dois revela como desigualdades de gênero e poder se infiltram no espaço doméstico e nas decisões familiares, transformando a casa em um lugar de contenção e solidão. A fragmentação dessa convivência é narrada com sutileza, por meio de gestos e pequenas omissões que silenciam o afeto em nome do status e da conveniência econômica. Como observa a própria narrativa:

Nos dois primeiros anos, Obiora visitava a Nigéria quase todos os meses, e ela e as crianças iam para casa no Natal. Então, quando ele finalmente conseguiu aquela conta enorme do governo, decidiu que só voltaria no verão. E ficaria dois meses. Não podia mais viajar com tanta frequência, não queria se arriscar a perder aqueles contratos do governo. E as contas não paravam de aparecer. Ele foi incluído numa lista de Cinquenta Empresários Mais Influentes da Nigéria e mandou as páginas xerocadas da Newswatch, que ela juntou com um clipe e guardou numa pasta. (Adichie, 2017, p. 17).

Essa passagem ilustra não apenas a ausência de Obiora, mas a sua substituição simbólica por conquistas materiais e reconhecimento público. O prestígio do marido torna-se uma presença fantasmática na casa: um recorte de revista guardado em uma pasta, um vestígio da figura masculina cuja importância é reafirmada pela performance do sucesso, mas cuja presença afetiva é cada vez mais rarefeita.

Adichie, ao caracterizar Obiora como “um homem baixo, de aparência comum e pele clara” (Adichie, 2017, p. 22), introduz uma camada adicional de complexidade à leitura das hierarquias internas à sociedade nigeriana. O fato de ele ser descrito como de “pele clara”, em um país de maioria negra, não deve ser interpretado de forma apressada à luz das categorias raciais brasileiras, mas pode ser entendido como uma alusão às marcas da colonialidade que ainda operam nas preferências estéticas, nas relações sociais e nas estruturas de poder. A literatura de Adichie frequentemente aborda essas nuances, revelando como traços fenotípicos mais próximos do ideal ocidental são, por vezes, associados à respeitabilidade e ao sucesso, mesmo em contextos pós-coloniais.

Essa sutileza narrativa dialoga com o que Collins e Bilge (2021) identificam como o domínio interpessoal da interseccionalidade, ou seja, as formas pelas quais desigualdades se manifestam nas relações cotidianas. No caso de Nkem e Obiora, a assimetria não está apenas na renda ou na autoridade formal, mas nos silêncios que atravessam a intimidade e nas escolhas unilaterais que moldam a vida familiar. A narrativa evidencia que, mesmo dentro da elite nigeriana, operam-se filtros e privilégios baseados em gênero, aparência, posição econômica e legitimidade pública, todos entrelaçados na perpetuação de uma ordem relacional desigual.

Ao longo do conto, Nkem é inicialmente representada como uma mulher que se conforma, em silêncio, às imposições do marido, aceitando sua ausência, suas decisões unilaterais e até mesmo o distanciamento emocional que permeia o casamento. A aparente submissão está vinculada a um pacto implícito: em troca de segurança financeira e status social, ela renuncia à agência sobre sua própria vida. No entanto, esse equilíbrio precário é rompido quando a infidelidade de Obiora vem à tona, desencadeando uma epifania que a conduz a revisitar episódios de apagamento anteriores ao casamento. Essa revelação funciona, narrativamente, como o ponto de inflexão da personagem, que começa a se reconhecer como alguém que deseja, e pode desejar, mais do que o conforto material que lhe é concedido.

Esse movimento de tomada de consciência é representado por meio de ações simbólicas que marcam a ruptura com a passividade. O gesto de cortar os próprios cabelos sem consultar o marido é o primeiro sinal concreto de resistência. Trata-se de um ato íntimo, silencioso, mas radical, pois rompe com a lógica da obediência e com o controle do corpo feminino por parte do outro, nesse caso, o marido:

Ela pega a tesoura, aquela que usa para cortar as fitas de cabelo de Adanna em laços mais definidos, e leva até a cabeça. Agarra tufo de cabelo e corta rente ao couro cabeludo, deixando os fios do comprimento de uma unha, longos o suficiente apenas para formar pequenos cachos com um texturizador. Nkem vê o cabelo flutuando, como tufo de algodão marrom caindo na pia branca. Ela corta mais. (Adichie, 2017, p. 18).

O corte de cabelo, para além do gesto estético, adquire sentido político e existencial. Em uma cultura onde o cabelo feminino, especialmente o da mulher negra, é carregado de significados sociais e afetivos, esse ato torna-se uma forma de afirmar o próprio corpo e, por extensão, a própria voz. Nkem transforma um objeto cotidiano, a

tesoura usada para a filha, em instrumento de ruptura, e o faz sozinha, sem anúncio, sem espetáculo. A performance dessa autonomia é silenciosa, mas expressiva: ao se ver no espelho, ela se reconhece em outro corpo, agora mais próximo de sua própria vontade.

A reação de Amaechi, a empregada, revela outra camada de leitura: o gesto de Nkem não apenas rompe com a expectativa do marido, mas também com o olhar das mulheres ao seu redor. A surpresa da empregada, seguida por uma reação ríspida da patroa, tensiona a relação entre ambas. A cena prossegue:

Ela sai do quarto e para diante do banheiro, onde Amaechi limpa o cabelo, varrendo os fios marrons para cima da pá com imenso respeito, como se eles tivessem algum poder. Nkem se arrepende de sua rispidez. A diferença entre patroa e empregada tinha se tornado mais difícil de discernir nos últimos anos, desde que Amaechi começara a trabalhar lá. É isso que os Estados Unidos fazem com você, pensa ela. Eles causam uma igualdade forçada. Você não tem ninguém com quem conversar de verdade, a não ser seus filhos pequenos, por isso acaba falando com a empregada. E, quando se dá conta, ela virou sua amiga. Sua igual. (Adichie, 2017, p. 18).

A tensão entre as duas personagens expressa as contradições da experiência migratória. Em solo estrangeiro, o distanciamento hierárquico que marcava a relação entre patroa e empregada na Nigéria começa a se esvaír, não por uma mudança estrutural, mas por uma condição circunstancial: a solidão. A “igualdade forçada” a que Nkem se refere revela que, em contextos de exílio ou afastamento, as fronteiras entre classes podem momentaneamente se desfazer, dando lugar a uma convivência mais horizontal, ainda que desconfortável, ainda que não totalmente assimilada. Essa percepção leva Nkem a reconhecer, com incômodo e empatia, a humanidade da outra, desestabilizando o lugar de privilégio que outrora ocupava sem questionamento.

Esse momento da narrativa é decisivo, pois condensa a virada subjetiva da protagonista: a perda do referencial tradicional (o marido, a vida que levava, as certezas que sustentava) abre espaço para a emergência de uma nova identidade, construída a partir do dissenso, da ruptura e da reconfiguração de vínculos. A literatura de Adichie, nesse ponto, recusa tanto a idealização da emancipação quanto a caricatura da subalternidade: o que se apresenta é um processo tenso, cheio de contradições, mas necessário para que a personagem ensaie formas mais autênticas de existir.

A narrativa apresenta um momento marcante da trajetória de Nkem: sua chegada à América grávida do primogênito, em um cenário repleto de novidade, curiosidade e

expectativas. O bairro, habitado por vizinhos brancos, magros e loiros, representa o emblema do estilo de vida estadunidense, organizado, limpo, prestativo, ainda que superficial, segundo as palavras do marido. Ao mesmo tempo que Obiora critica esse modo de vida ao chamá-lo de “plástico”, revela um desejo contraditório: quer que seus filhos absorvam os hábitos americanos e adotem comportamentos que simbolizam civilidade e asseio, como rejeitar comida que caiu no chão. A passagem é reveladora:

Seus vizinhos da alameda Cherrywood, todos brancos, esguios e loiros, vieram se apresentar e perguntar se ela precisava de ajuda com alguma coisa — tirar a carteira de motorista, instalar uma linha de telefone, contratar um serviço de manutenção. Ela não se importou com o fato de que seu sotaque e sua condição de estrangeira a fizessem parecer incapaz de resolver tudo isso sozinha. Gostava deles e de suas vidas. Vidas que Obiora muitas vezes dizia serem ‘de plástico’. Mas ela sabia que ele também queria que seus filhos fossem como os filhos dos vizinhos, o tipo de criança que virava a cara para a comida que tinha caído no chão, dizendo que ela estava ‘suja’ (Adichie, 2017, p. 16).

Essa passagem explicita uma tensão identitária central na obra, conforme argumenta Stuart Hall (1997): as identidades não são fixas nem essencialistas, mas construídas em relação com o “Outro” e constantemente reformuladas diante de deslocamentos culturais. No caso de Nkem, seu contato com o modo de vida americano e com os vizinhos brancos marca o início de uma reconfiguração subjetiva, na qual ela passa a se situar em um entre-lugar, simultaneamente estrangeira e integrada, subordinada e admirada, solitária e acolhida. A aceitação da ajuda dos vizinhos revela uma abertura ao novo, mas também evidencia sua vulnerabilidade como mulher negra, estrangeira e grávida em um país que ainda lhe é estranho.

Essa ambiguidade, desejar integrar-se a uma cultura que também a marginaliza, está no cerne do processo identitário da personagem. Hall (1997) aponta que o sujeito moderno, influenciado por teorias como as de Foucault, Marx e Freud, deixou de ser concebido como portador de uma identidade unificada e passou a ser entendido como fragmentado, atravessado por discursos, histórias e relações de poder. A crítica feminista, segundo ele, acrescentou a esse cenário uma “política de identidade” que visibiliza como o sujeito se constitui nas intersecções entre cultura, linguagem, gênero, classe e raça.

É nesse ponto que se articula a contribuição da interseccionalidade, conforme discutida por Collins e Bilge (2021), para compreender como Nkem é situada em um campo de forças múltiplas e sobrepostas. Sua identidade não é apenas moldada pelas

trocas culturais entre Nigéria e Estados Unidos, mas também pelas estruturas patriarcais e raciais que atravessam sua existência. Ao aceitar a ajuda dos vizinhos e internalizar parte do discurso de Obiora, ela performa uma adaptação estratégica que, ao mesmo tempo, a insere em uma nova realidade e a expõe às tensões de seu papel social como mulher negra imigrante.

Nesse sentido, como afirmam Santos e Gomes (2013), a identidade é sempre inacabada, carente de novas reconstruções e adaptação aos contextos sociais em constante mutação. No caso de Nkem, sua identidade não é apenas reflexo da cultura de origem ou do país de destino, mas resultado de uma travessia complexa, vivida em meio a deslocamentos geográficos e simbólicos. Seu processo de subjetivação reflete tanto a imposição de normas quanto as formas de resistência que emergem das margens, tornando-se, assim, exemplo vivo do sujeito pós-colonial em negociação constante com as forças que o constituem.

Nkem constrói sua identidade a partir de múltiplos referenciais: sua relação conjugal, os valores culturais assimilados desde a infância na Nigéria e os códigos sociais do país estrangeiro em que vive. No entanto, o conto evidencia como sua subjetividade é sistematicamente eclipsada por uma estrutura patriarcal que reserva ao marido o lugar da decisão e da autoridade. A narrativa revela, com sutileza e crítica, que a voz de Obiora conduz os rumos da família, cabendo a Nkem apenas o papel de seguidora de decisões já tomadas.

“Então, a casa que eles alugaram foi posta à venda. Era um bom preço, disse Obiora, antes de contar que eles iam comprá-la. Nkem gostou quando falou ‘eles’, como se ela realmente tivesse participado da decisão” (Adichie, 2017, p. 17). A ilusão de participação é um dos mecanismos de apagamento simbólico da agência feminina, reforçado por decisões unilaterais também sobre a educação dos filhos e os rumos da vida cotidiana: “Obiora determinou que Nkem deveria ‘fazer alguns cursos de computação’, pois ‘era uma boa ideia’ [...] matriculou Adanna na creche quando Nkem estava grávida de Okey” (Adichie, 2017, p. 17).

Esses fragmentos exemplificam a naturalização de uma lógica patriarcal na qual o masculino ocupa o espaço da racionalidade e da ação, enquanto o feminino é reduzido à obediência e à adaptação. Como observa Del Priore (2009), essa normatividade histórica do feminino como figura de domesticidade e silenciamento molda relações desiguais que

ainda persistem, mesmo em contextos de migração e modernidade. No caso de Nkem, essas opressões não se dão de maneira isolada, mas entrecruzam-se com marcadores raciais e econômicos, como aponta Collins e Bilge (2021), ao analisar como a interseccionalidade estrutura vivências de mulheres negras submetidas a desigualdades múltiplas. Assim, Nkem representa uma subjetividade tensionada entre afeto e dependência, entre privilégio material e submissão simbólica, entre silêncio e desejo de afirmação.

Outro aspecto relevante abordado em “Réplica” é a forma como a sexualidade de Nkem é atravessada por expectativas patriarcais que anulam sua autonomia corporal e emocional. A narrativa sugere que, durante sua juventude, a personagem vivenciou momentos de maior liberdade sexual, mas, após o casamento, vê-se gradualmente enredada em uma dinâmica na qual suas vontades são constantemente postas em segundo plano. Mesmo abalada pela descoberta da traição de Obiora, ela continua a ceder às suas investidas sexuais, demonstrando como o desejo feminino é frequentemente sacrificado para preservar a estabilidade de uma relação estruturada sob normas patriarcais.

Essa situação ecoa os apontamentos de Angela Davis (2016), ao refletir sobre a condição histórica das mulheres negras submetidas a abusos sexuais e chantagens econômicas no período pós-escravidão nos Estados Unidos. Segundo a autora:

Desde a Reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideraram o abuso sexual cometido pelo ‘homem da casa’ como um dos maiores riscos de sua profissão. Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para sua família (Davis, 2016, p. 100).

Embora Nkem não ocupe uma posição de vulnerabilidade econômica extrema, como as mulheres descritas por Davis, ela compartilha com elas o dilema da obediência imposta por uma estrutura que naturaliza o poder masculino e condiciona o bem-estar feminino à submissão. A diferença de contexto não anula a similaridade estrutural: trata-se da instrumentalização do corpo da mulher como moeda de troca simbólica e afetiva. Esse atravessamento evidencia como as opressões de gênero e raça não se manifestam apenas em situações de extrema privação, mas também em espaços aparentemente privilegiados, como o da classe média nigeriana na diáspora.

A normalização da infidelidade masculina, reafirmada por Amaechi, empregada de Nkem, “A senhora perdoa. Os homens são assim mesmo” (Adichie, 2017, p. 20), não apenas sustenta o silêncio da protagonista, mas ilustra como o discurso patriarcal é reproduzido por outras mulheres, internalizado como verdade inevitável. Tal dinâmica expõe os efeitos do poder disciplinar descritos por Collins e Bilge (2021), segundo os quais normas sociais aparentemente banais são responsáveis por preservar e legitimar desigualdades interseccionais. A fala de Amaechi não é apenas um conselho: é um enunciado que ecoa a lógica de silenciamento feminino naturalizada em diferentes culturas, atravessando gerações e fronteiras.

No desfecho da narrativa, Nkem rompe com a lógica de submissão que até então delimitava sua existência, ao decidir retornar à Nigéria com os filhos. Tal gesto representa mais do que uma mudança geográfica: trata-se de um reposicionamento subjetivo que desafia as estruturas patriarcais e racializadas que até então condicionavam sua identidade. Ao recusar-se a continuar ocupando o papel de esposa passiva, que aguardava o marido em uma casa cheia de réplicas, ausente de autenticidade e reciprocidade, Nkem reivindica sua autonomia e agencia sua própria trajetória. O simbolismo da Máscara de Benin, agora contraposta à revelação de Obiora sobre a aquisição de uma peça original de bronze, reforça essa metáfora de transformação: Nkem deixa de ser uma “réplica” para afirmar-se como sujeito singular, dono de sua história e de sua voz.

Sua fala firme diante de Obiora, ao comunicar a decisão de voltar com a família para Lagos, marca o ponto de inflexão. Trata-se de uma virada narrativa que desafia a lógica de silenciamento historicamente imposta às mulheres negras e ecoa o que Collins e Bilge (2021) identificam como uma dimensão central da interseccionalidade: o reconhecimento de que, mesmo em contextos estruturados por relações de dominação, existem fissuras que possibilitam a resistência. Como apontam as autoras, “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam tanto as dinâmicas sociais mais amplas quanto as experiências individuais, criando mecanismos que limitam, mas também permitem formas de contestação” (Collins; Bilge, 2021, p. 31).

Nesse sentido, a escolha de Nkem de retornar à Nigéria não pode ser reduzida a um simples retorno ao lar, mas deve ser compreendida como uma ação política que rompe com o ciclo de invisibilidade e subalternidade. Ao se posicionar como protagonista de sua vida, ela desafia os modelos coloniais e patriarcais que a mantinham aprisionada,

encarnando uma forma de resistência que se constrói a partir da tomada de consciência e da articulação entre identidade, pertencimento e autonomia.

Além disso, a metáfora da réplica e da obra original articula-se de modo incisivo com a teoria de Akotirene (2018), ao evidenciar como raça, gênero e classe operam simultaneamente na construção de sistemas de opressão que relegam mulheres negras a papéis subordinados e identidades fragmentadas. Ao recusar esse destino, Nkem redefine sua subjetividade, subvertendo a lógica colonial-patriarcal que a mantinha em um espaço de apagamento simbólico. Sua decisão final, portanto, extrapola o retorno físico à Nigéria, configurando-se como um resgate identitário e histórico, um gesto de insubmissão frente às estruturas que lhe impunham silenciamento e passividade.

Esse movimento de ruptura é simbolizado na narrativa pelo contraste entre as réplicas de arte africana dispostas pela casa e a peça original de bronze adquirida por Obiora. A obra representa, simbolicamente, o momento em que Nkem assume sua autenticidade e abandona o papel de cópia silenciada que lhe foi atribuído é descrita nos seguintes termos:

Depois do jantar, Nkem senta na cama e examina a cabeça de bronze de Ifé que Obiora lhe disse ser, na verdade, feita de latão. Ela tem manchas, é em tamanho real e possui um turbante. É a primeira peça original que Obiora trouxe. ‘Vamos ter que tomar muito cuidado com esta’, diz ele. ‘Um original’, diz Nkem, surpresa, passando a mão sobre os cortes paralelos do rosto. ‘As mais antigas são do século XI’, conta Obiora. Ele se senta ao lado dela e tira os sapatos. Sua voz está aguda, excitada. ‘Mas esta é do século XVIII. Incrível. Definitivamente valeu o preço’ (Adichie, 2017, p. 23).

A literatura de Adichie, nesse sentido, opera como espaço de contestação, trazendo à tona os efeitos persistentes do colonialismo e os mecanismos contemporâneos de opressão de gênero e raça. Tal perspectiva converge com a análise de Angela Davis (2016), que, ao abordar a condição da mulher negra nos Estados Unidos pós-escravidão, evidencia os desdobramentos da tríplice opressão, racial, sexual e econômica, sobre esse grupo. Segundo Davis, “de fato, as mulheres negras geralmente estavam presas por um grilhão triplo de opressão” (Davis, 2016, p. 163), e ainda que seu enfoque se concentre no contexto norte-americano, a autora reconhece que essa condição de subjugação atravessa fronteiras geográficas.

Em uma conferência realizada na Bahia, Davis (2017) reafirma esse ponto ao afirmar: “As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e

também os mais atacados deste planeta. [...] Mas, ao mesmo tempo, as mulheres negras têm uma trajetória histórica que atravessa fronteiras geográficas e nacionais de sempre manter a esperança da liberdade viva” (Davis, 2017, s.p.). A autora enxerga na resistência das mulheres negras um legado de perseverança e possibilidade de futuro, sustentado pela continuidade histórica da luta por emancipação.

Essa leitura converge com o conceito de resistência discursiva proposto por Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2001), que compreende o contradiscurso como estratégia pacífica de insurgência, por meio da qual o sujeito colonizado nega a posição subalterna a ele atribuída e afirma sua presença como agente de transformação. Adichie incorpora esse princípio ao construir personagens como Nkem, que tensionam normas estabelecidas e reivindicam um lugar de fala, desafiando a naturalização das hierarquias coloniais e patriarcais.

A análise aqui empreendida reafirma a relevância de se ler a obra de Chimamanda Ngozi Adichie sob a ótica da interseccionalidade e, ao tematizar essas interações complexas, Adichie convoca o leitor a repensar as desigualdades que estruturam as relações sociais tanto em nível local quanto global. Obras como “Réplica” transcendem o plano ficcional para se consolidarem como dispositivos de resistência crítica. Por meio da denúncia e da imaginação política, sua literatura assume um papel emancipatório, revelando-se um instrumento potente de desconstrução de paradigmas opressores e de afirmação da diversidade de vozes historicamente silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, constata-se que o conto “Réplica”, de Chimamanda Ngozi Adichie, constitui um poderoso veículo de crítica às estruturas coloniais, raciais e patriarcais que historicamente moldam a experiência da mulher negra. Ao entrelaçar as contribuições da teoria pós-colonial, da crítica feminista e da interseccionalidade, este trabalho evidenciou como o texto literário pode funcionar como campo de resistência e reconfiguração subjetiva. As teorias de Carla Akotirene, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge revelam-se indispensáveis para compreender as múltiplas camadas de opressão que incidem sobre corpos racializados e generificados, permitindo o desvelamento de um sistema que naturaliza desigualdades por meio de discursos normativos e excludentes.

A trajetória de Nkem, marcada por silenciamentos, desconfortos e adaptações forçadas, ilustra com precisão a condição interseccional da mulher negra em contextos globalizados. Seu processo de transformação, ao recusar o papel de “réplica” e reivindicar sua autonomia, não se reduz a um gesto pessoal, mas assume contornos políticos, tornando-se símbolo da insurgência contra os papéis sociais impostos. O retorno à Nigéria configura-se como um movimento de resgate identitário e uma recusa da lógica colonial que fragmenta sujeitos e os destitui de agência.

Nesse sentido, Adichie demonstra que a literatura pode ser mais do que representação: ela é um espaço de disputa simbólica e de reconstrução de imaginários. Ao dar visibilidade a histórias como a de Nkem, sua obra amplia as possibilidades de reflexão crítica sobre as experiências femininas negras e contribui para a desconstrução de hierarquias que ainda estruturam as relações sociais. Assim, “Réplica” reafirma o poder transformador da escrita, convocando leitores e leitoras a reconhecerem e enfrentarem as interseções de opressão que operam nas tramas da vida cotidiana.

A narrativa de Nkem, ao articular dor, resistência e autonomia, não apenas revela as fissuras das estruturas que tentam silenciar as mulheres negras, como também projeta caminhos possíveis de emancipação. Ao inscrever essas vozes na literatura, Adichie não apenas denuncia, mas reivindica: um novo lugar de fala, de escuta e de transformação. Obras como esta reafirmam a relevância de um projeto literário comprometido com a justiça social, capaz de confrontar as ruínas do colonialismo e de promover novas formas de existência para sujeitos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. I left home to find home. Entrevistador: Carl Wilkinson. *The Guardian*, Londres, 6 mar. 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/travel/2005/mar/06/observerescapesection3>. Acesso em: 22 mai. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *No seu pescoço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. 2. ed. Londres: Routledge, 2001.

- BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da Teoria Pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.
- BONNICI, Thomas. Pós-colonialismo e representação feminina na literatura pós-colonial em inglês. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 28, n. 1, p. 13-25, 2006.
- BONNICI, Thomas. *Pós-colonialismo: leituras na literatura de expressão inglesa*. Maringá: Eduem, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. Discurso proferido na Conferência de Mulheres Negras da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SANTOS, Joseilda; GOMES, Nadir. *Identidade cultural e educação: reflexões contemporâneas*. Fortaleza: Editora UFC, 2013.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1985. p. 271-313.

Recebido em: 26/02/2025

Aceito em: 28/07/2025

Geovani Augusto Nunes: doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do campo da Literatura Infantil e Juvenil (LIJ), investiga as interseções entre Afrofuturismo, estética e política na construção da identidade juvenil negra. Desenvolve estudos focados em

representatividade e justiça imaginativa no sistema literário brasileiro, com ênfase na formação do leitor e nas relações étnico-raciais.